

CONSELHO GESTOR CONSULTIVO

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR CONSULTIVO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL FAZENDA DO CARMO/ JUNHO DE 2017

ABERTURA

No dia 29 de junho de 2017, às 10h00, no Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo, teve início a 7ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo - PNMFC. Preside a reunião Sra. Débora Gomes Assis (SVMA).

CONSELHEIROS PRESENTES

PODER PÚBLICO

CADEIRA	REPRESENTANTE	ASSINATURA
Representante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e presidente suplente do Conselho	Débora Gomes Assis (Presidente Suplente do Conselho Gestor Parque Natural Fazenda do Carmo (Secretaria do Verde e do Meio Ambiente)	
Representante de órgãos de fiscalização e defesa ambiental com âmbito municipal, estadual ou federal, com atuação nas áreas de abrangência do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo e sua respectiva zona de amortecimento.	Rodolfo Valentino (Inspetoria Regional Ambiental Carmo - GCM)	
Representante da Fundação Florestal, Secretaria Estadual do Meio Ambiente – Gestor da APA Estadual Parque e Fazenda do Carmo.	Gustavo Feliciano Alexandre (Fundação Florestal)	
Representante da Fundação Florestal, Secretaria Estadual do Meio Ambiente – o Gestor da APA Mapa do Iguatemi.	Jorge Moreira de Mello (Fundação Florestal)	
Representante das Instituições Públicas de Ensino e Pesquisa, com unidade ou atuação na região leste da cidade.	Sérgio Brazolin (IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas)	
Representante das Instituições Públicas de Ensino e Pesquisa, com	Aline Ribeiro Machado (IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas)	

CONSELHO GESTOR CONSULTIVO

unidade ou atuação na região leste da cidade.		
Representante de outras unidades da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, com atuação nas áreas de abrangência do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo e da zona de amortecimento do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo.	Vandineide Cardoso Ribeiro dos Santos (DGD LESTE-1)	
Representante de outras unidades da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, com atuação nas áreas de abrangência do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo e da zona de amortecimento do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo.	Raimunda Monteiro de Souza (DGD LESTE-1)	

SOCIEDADE CIVIL

CADEIRA	REPRESENTANTE	ASSINATURA
Representante de entidades sociais.	Maria Lúcia da Cruz (ANJU - Associação de Moradores do Jd. Nove de Julho)	
Representante de operativas e associações de catadores de materiais recicláveis	Sueli Mendes Guimarães (COOPERLESTE – Cooperativa de Produção, Coleta, Triagem e Beneficiamento de Materiais Recicláveis de São Mateus)	
Representante de entidades sociais ambientalistas – Organizações Não Governamentais.	Sueli Rodrigues (CEMAIS – Centro de Estudos do Meio Ambiente)	

CONSELHO GESTOR CONSULTIVO

Representante de empresas prestadoras de serviços no Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo.	Eduardo Dallastella Camargo (Ethics Serviços de Vigilância e Segurança Ltda)	
Representante de instituições particulares, voltadas à educação formal e não formal, cultura e lazer, com unidade na região leste da cidade.	Ana Paula Schitkoski Sabino (SESC SP – Serviço Social do Comércio)	
Representante de instituições particulares, voltadas à educação formal e não formal, cultura e lazer, com unidade na região leste da cidade.	Mário Lucio de Faria (São Paulino Futebol Clube)	

I. CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES

A lista de presença dos conselheiros e a lista de presença dos participantes encontram-se nos Anexos, que inclui como ouvinte:

- Francieli Ferreira Ramos (Casa do Catador);
- Helen Evelin de Souza (Secretaria do Verde e do Meio Ambiente);
- Luccas Guilherme Rodrigues Longo (Secretaria do Verde e do Meio Ambiente);
- Mariana Cristina Ramos Faceto (Secretaria do Verde e Meio Ambiente);
- Rubia G. Marchetti. (municípe);

II. REUNIÃO GERAL

Débora Gomes Assis (Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - SVMA) inicia à reunião agradecendo a presença de todos.

Débora Gomes Assis (SVMA) informa que Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) não está mais na gestão do Parque Natural Municipal Fazenda Do Carmo (PNMFC) e questiona quanto à aprovação da ata da 6ª reunião ordinária do conselho gestor consultivo do PNMFC. Todos estão de acordo.

Pauta da reunião:

1. Ausências não justificadas nas assembleias do Conselho Gestor;
2. Projeto de Observação de Aves;

CONSELHO GESTOR CONSULTIVO

3. Aprovação do parecer técnico do Grupo de Trabalho do “Empreendimento Copa do Povo” em resposta ao Ofício Nº 099/17/CLE – CETESB;
4. Oficializar as diretrizes e dar primeiros encaminhamentos do CT Biodiversidade e Recursos Naturais.
5. CT Fiscalização e Monitoramento.

Débora Gomes Assis (SVMA) encaminha para a primeira pauta da reunião. Apresenta os gráficos de frequência dos conselheiros do Conselho Gestor (CG) do PNMFC, ressaltando as seguintes informações:

- Houve 61% de ausência dos conselheiros da Sociedade Civil do CG do PNMFC de Junho a Dezembro de 2016;
- Houve 52% de ausência dos conselheiros do Poder Público do CG do PNMFC de Junho a Dezembro de 2016;
- Houve 29% de ausência dos conselheiros da Sociedade Civil do CG do PNMFC em Fevereiro de 2017;
- Houve 50% de ausência dos conselheiros da Sociedade Civil do CG do PNMFC em Fevereiro de 2017.

Débora Gomes Assis (SVMA) trata da ausência significativa que esses percentuais representam, em especial, aos conselheiros do Poder Público e sugere a realização de ligações pela SVMA aos Órgãos responsáveis antes das reuniões do Conselho Gestor. Raimunda Monteiro de Souza (UMAPAZ - Departamento de Educação Ambiental) questiona quais órgãos tem sido tão ausente. Débora Gomes Assis (SVMA) informa que a CETESB é um deles. Sérgio Brazolin (IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas) questiona se há representantes da CETESB. Débora Gomes Assis (SVMA) informa que sim. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) informa que a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) mudou o representante, mas o mesmo ainda não se fez presente; a Prefeitura Regional de Itaquera, Diretoria Regional de Educação Itaquera (DRE) Itaquera e São Mateus já indicaram conselheiros, porém, ainda não compareceram. Débora Gomes Assis (SVMA) retoma e informa que em sua grande maioria são ausências não justificadas. Sérgio Brazolin (IPT) salienta que duas ausências não justificadas devem resultar na perda da cadeira. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) informa que se essa deliberação fosse em 2016, muitos conselheiros já teriam perdido a cadeira. Sérgio Brazolin (IPT) sugeriu que sejam novamente repassadas as regras do Conselho Gestor, através de ofícios aos Órgãos. Débora Gomes Assis (SVMA) encaminha para a votação a sugestão do envio dos ofícios aos órgãos representados no conselho, com 9 (nove) cadeiras representadas. A plenária aprova com 9 (nove) votos o envio de ofícios as entidades do Conselho Gestor.

Débora Gomes Assis (SVMA) encaminha sequência para a próxima pauta: Projeto de Observação de Aves. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) apresenta os principais pontos da Oficina de Observação de Aves: projeto idealizado pela equipe multidisciplinar do Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE-8) da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) e contemplado e financiado pela S.O.S Mata Atlântica, tendo como objetivo promover a prática da Observação de Aves para comunidade do entorno (especialmente da zona de amortecimento) como ferramenta de empoderamento social e econômico, valorização da comunidade para a conservação, reconhecimento e integração dos atributos ambientais do território e educação ambiental. Ainda afirma que projeto pela S.O.S. Mata Atlântica tem execução prevista até Janeiro, mas que a prática poderá ser mantida mesmo após o projeto. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) trata dos resultados gerados na Oficina Pública do Projeto de Observação de Aves realizada no dia 31 de maio de 2017, onde foi tirada a data para a atividade prática, salientando que o grupo sugeriu a divulgação e as

CONSELHO GESTOR CONSULTIVO

inscrições descentralizadas pelas instituições presentes ao redor do PNMFC. Aline Ribeiro Machado (IPT) pergunta se há limite de participantes. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) informa que o grupo é limitado pelas próprias características da Observação de Aves e pelos equipamentos. Raimunda Monteiro de Souza (UMAPAZ) questiona se as instituições (civis ou pública) que devem indicar os indivíduos. Débora Gomes Assis (SVMA) informa que essa é a ideia do grupo para descentralizar as inscrições e não focá-las na SVMA. Maria Lúcia da Cruz (ANJU - Associação de Moradores do Jd. Nove de Julho) questiona se há idade mínima para a prática de Observação de Aves. Débora Gomes Assis (SVMA) informa que esta é uma questão importante, e salienta que os grupos poderiam ser divididos de acordo com faixas etárias para respeitar as especificidades e características do grupo, a fim de ter um aproveitamento melhor. Raimunda Monteiro de Souza (UMAPAZ) retoma a questão de indicação dos participantes por instituições ressaltando que algumas pessoas não se identificam com as organizações, e conseqüentemente, deixariam de participar. Ainda sugeriu que algumas vagas fossem livres, ou seja, sem indicação. Maria Lúcia da Cruz (ANJU) informa que a divulgação deve ser muito fortalecida para alcançar indivíduos desconectados das instituições. Vandineide Cardoso Ribeiro dos Santos (DGD – Leste 1) salienta que a divulgação pelas instituições vai espalhar o projeto pelo território. Maria Lúcia da Cruz (ANJU) relembra que o objetivo é a zona de amortecimento do PNMFC. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) acrescenta que é importante fomentar entidades do entorno para divulgar na região. Maria Lúcia da Cruz (ANJU) afirma que as pessoas indicadas pelas associações de bairro podem não ser sócias. Raimunda Monteiro de Souza (UMAPAZ) diz que o fortalecimento das entidades é importante, mas há jovens que não tem espaço dentro dessas instituições e sugere que haja vagas livres para os jovens da região. Maria Lúcia da Cruz (ANJU) questiona como será a divulgação para esses jovens da região; acrescenta que as entidades tem um papel importante no reconhecimento das pessoas do território e que, na verdade, o papel da entidade é auxiliar na divulgação e fazer o encaminhamento ao projeto e não a indicação. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) reitera a importância da atuação das entidades do território, tratando, inclusive, do papel de parceria e intermédio entre a comunidade e poder público. Acrescenta que há também vagas disponibilizadas pelo Serviço Social do Comércio (SESC), afirmando que esse poderia ser um caminho para jovens não vinculados às entidades. Ainda afirma que o projeto pode trabalhar na articulação desses jovens com as entidades. Vandineide Cardoso Ribeiro dos Santos (UMAPAZ) sugere que as divulgações podem ser feitas nas igrejas, clubes e outros espaços. Maria Lúcia da Cruz (ANJU) relembra que na caminhada da APA as entidades também atuaram para buscar os interessados. Gustavo Feliciano Alexandre (Fundação Florestal - FF) também relembra que alguns participantes da caminhada da APA também tiveram conhecimento pela internet. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) reitera que o SESC pode ser uma alternativa para trazer as pessoas do território desarticuladas das entidades. Ana Paula Schitkoski Sabino (SESC) afirma que o SESC tem um relevante alcance, mas não necessariamente no território. Ainda acrescenta que tem trabalhado na região para ter alcance no entorno. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) afirma que as inscrições passarão por uma seleção para garantir que os participantes sejam do território. Maria Lúcia da Cruz (ANJU) reitera a importância dos critérios na seleção dos participantes.

Jorge Moreira de Mello (Fundação Florestal - FF) afirma que é preciso ter cautela para que a comunidade do entorno seja beneficiada com o projeto e questiona se haverá profissionais. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) afirma que profissionais serão convidados, mas que o foco é para a população da região. Maria Lúcia da Cruz (ANJU) diz que é importante trazer referências para compartilhar aprendizados. Débora Gomes Assis (SVMA) afirma que essa

CONSELHO GESTOR CONSULTIVO

discussão foi realizada na oficina, incluindo a necessidade do projeto para a comunidade e da variação das faixas etárias, incluindo as 5 (cinco) vagas para o SESC. Raimunda Monteiro de Souza (UMAPAZ) retoma que as vagas devem ser para o SESC, para as escolas, para os Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs) e entre outras instituições do entorno. Maria Lúcia da Cruz (ANJU) acrescenta que as entidades tem autonomia de ir a esses espaços fazer a divulgação e atuar como multiplicadores. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) explica a estrutura do curso que contará com encontros nas manhãs dos finais de semana, sendo sábado um treinamento e domingo a observação in situ. Aline Ribeiro Machado (IPT) questiona sobre a melhor época do ano para a prática de Observação de Aves. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) informa que é possível realizá-la em qualquer época, mas que Agosto (pré-primavera) é uma ótima escolha, por tratar-se do período reprodutivo de muitas espécies. Ana Paula Schitkoski Sabino (SESC) levanta que seria interessante trabalhar o curso com a educação ambiental no viés de conservação, tratando, por exemplo, dos procedimentos a serem adotados quando pássaros feridos são encontrados. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) disse que no primeiro dia terá um embasamento teórico e que é importante não institucionalizar as oficinas, passando pelo território em diferentes entidades, bairros e não permanecer apenas no poder público. Acrescenta que o SESC se ofereceu para sediar a primeira prática. Débora Gomes Assis (SVMA) sugeriu que seja feito um material final para formação, como camisetas, estêncil e bottons. Maria Lúcia da Cruz (ANJU) acrescenta que as camisetas podem, inclusive, auxiliar na divulgação do projeto. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) sugere a plenária sobre o início da prática para o dia 26 e 27 de agosto, realizando o sábado no SESC. Débora Gomes Assis (SVMA) encaminha para a votação a sugestão da prática de Observação de Aves para o dia 26 e 27 de agosto, com nove cadeiras representadas. A plenária aprova com 9 (nove) votos a prática de Observação de Aves para o dia 26 e 27 de agosto.

Débora Gomes Assis (SVMA) da sequência a pauta para tratar da aprovação do parecer técnico do Grupo de Trabalho do “Empreendimento Copa do Povo” em resposta ao Ofício Nº 099/17/CLE – CETESB e passa a palavra a Gustavo Feliciano Alexandre (Fundação Florestal - FF), que por sua vez, ressalta que o “Empreendimento Copa do Povo” está previsto para ser realizado na zona de amortecimento do PNMFC, esclarece que o Conselho Gestor da APA Parque e Fazenda do Carmo já estava dialogando sobre essa questão, mas a Fundação Florestal teve um embate, porque o empreendimento é fora da APA, mas está na zona de amortecimento do PNMFC. O Conselho Gestor da APA respondia até a existência do mesmo, agora o Conselho Gestor do PNMFC é responsável, e assim, foi possível dar vista a este processo. Gustavo Feliciano Alexandre (Fundação Florestal - FF) diz que recebeu o comunicado da Celina Miki Fukuzawa (CETESB) informando que seria enviado um ofício ao Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) tratando da análise do processo de empreendimento na zona de amortecimento do parque. Ainda acrescenta que essa comunicação não necessitaria de resposta, no entanto, esta manifestação vai ser encartada no processo e cabe à CETESB considerar. Gustavo Feliciano Alexandre (Fundação Florestal) acrescenta que foi articulado um GT e feita às vistas ao processo no dia 19 de Maio de 2017, onde por volta de 5 ou 6 conselheiros estiveram presentes, mas só pode entrar duas pessoas porque a sala era pequena, e a falta de aviso prévio. Dando continuidade, acrescenta que ele próprio e o Fernando F. Deli (SVMA, DGD Leste 1 / Educação Ambiental) fizeram uma parte do parecer técnico, com construção coletiva e contribuição do Rogério de Jesus Ribeiro (SABESP), integrante do Conselho Gestor da APA, da Aline Ribeiro Machado (IPT) e entre outros. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) diz que o documento final foi compartilhado com o Conselho Gestor e que esse é o primeiro documento que este Conselho delibera. Acrescenta

CONSELHO GESTOR CONSULTIVO

que o parecer técnico ficou excelente, agradece: a colaboração do Fernando F. Deli (SVMA, DGD Leste 1 / Educação Ambiental) que trabalhou junto com o Gustavo Feliciano Alexandre (Fundação Florestal) para formalizar o mesmo; as informações que a CETESB já havia levantado; à Aline Ribeiro Machado (IPT) e Sérgio Brazolin (IPT); ao corpo técnico do DEPAVE-8 e a todos que contribuíram para a execução deste documento. Ainda afirma que considera um ótimo parecer técnico, que mostra que o PNMFC é uma unidade de conservação com zona de amortecimento e diretrizes estabelecidas. Conclui que espera que o documento tenha um impacto positivo no direcionamento dessas questões. Gustavo Feliciano Alexandre (Fundação Florestal) relata que o documento será interessante para a CETESB, pois as contribuições do Fernando F. Deli (SVMA, DGD Leste 1 / Educação Ambiental), antigo conselheiro, acrescentaram informações da própria prefeitura que não eram do conhecimento da CETESB, e assim, servirá como embasamento e complemento ao processo para a CETESB. Sérgio Brazolin (IPT) questiona, em linhas gerais, o que o documento contesta e o que ele vai exigir. Gustavo Feliciano Alexandre (Fundação Florestal) responde que o documento que a CETESB já tem muitas exigências, inclusive até trata da ausência de informações em relação a estação elevatória. Ainda afirma que o GT ratificou o que a CETESB afirma e mostrou-se preocupado com a questão do esgoto do conjunto habitacional e das áreas verdes. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) acrescenta que haverá possível supressão de espécies arbóreas na zona de amortecimento do PNMFC. Sérgio Brazolin (IPT) questiona se a compensação voltará para unidade de conservação. Aline Ribeiro Machado (IPT) responde que o GT pontuou que é interessante que a compensação seja feita na própria zona de amortecimento. Débora Gomes Assis (SVMA) responde que se o empreendimento tiver EIA/RIMA, aplica-se o artigo 36 da Lei Federal nº9.985/200 do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Débora Gomes Assis (SVMA) afirma que o documento ficou bem elaborado, e teve grande contribuição. Gustavo Feliciano Alexandre (Fundação Florestal) soma que é um documento científico, que irá surpreender. Ainda diz que a Fundação Florestal tem esse costume, que a lei dá ciência, mas o GT tratou do arcabouço legal também. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) acrescenta que o documento tem agora outro caráter, pois primeiramente ele veio para gestor responder e agora é o Conselho Gestor, juntamente com o presidente do Conselho que está respondendo para CETESB. Vandineide Cardoso Ribeiro dos Santos (UMAPAZ) diz que havia feito uma sugestão que falava da vista aos processos na CETESB, que estava muito interessante, colocando que eram 10 pessoas e que em razão de espaço apenas duas pessoas puderam entrar, mas o último documento estava que foi só o gestor que entrou. Acrescenta que acha importante manter a redação inicial, até mesmo por respeito a todo mundo que estava lá. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) diz que na versão anterior estava que só dois conselheiros conseguiram fazer a vista do processo, então, foi adequado porque uma das pessoas que fizeram vista ao processo é conselheiro. Vandineide Cardoso Ribeiro dos Santos (UMAPAZ) sugere que seja adequada a redação, que seja colocado que apenas dois representantes puderam fazer vistas ao processo e que é importante por uma questão de respeito, para valorizar, e ser honesto com o processo todo, porque duas pessoas deram vista. Débora Gomes Assis (SVMA) encaminha para votação a aprovação do documento com alteração de que eram 10 pessoas e em razão de espaço apenas duas pessoas puderam entrar. A plenária aprova, com 7 votos a favor, o envio do parecer técnico à CETESB, com a adição de que foi permitida apenas a entrada de 2 dos 10 integrantes do GT para vistas ao processo, devido à capacidade do espaço. Raimunda Monteiro de Souza (UMAPAZ) informa que é importante notar que se o conselheiro titular está presente, o suplente não precisa votar, pois é apenas um voto por cadeira. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) acrescenta que de qualquer forma é muito importante ter o titular e o suplente sempre presente. Débora Gomes

CONSELHO GESTOR CONSULTIVO

Assis (SVMA) encaminha sequência na próxima pauta que consiste em oficializar as diretrizes e dar os primeiros encaminhamentos para CT Biodiversidade e Recursos Naturais, afirmando as diretrizes estão muito bem elaboradas e passa a palavra para o representante do CT, Sérgio Brazolin (IPT). Sérgio Brazolin (IPT), por sua vez, relata que a CT é fruto de um trabalho coletivo, construído a 6 (seis) mãos entre o IPT e a SVMA, que procura formar um grupo sistemático e em linhas gerais se baseia no plano de manejo do PNMFC. Acrescenta ainda que o plano de manejo do PNMFC foi realizado em parceria com o IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas), contemplando várias discussões. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) adiciona que há programas e propostas nos planos de manejo, e essa pode ser a estratégia de atuação dos CTs. Débora Gomes Assis (SVMA) diz que é importante também atualizar essas discussões. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) acrescenta que o plano de manejo é importante para servir de base para as atividades. Aline Ribeiro Machado (IPT) comenta que novas atividades também podem ser criadas, mas é importante puxar os materiais do plano de manejo. Raimunda Monteiro de Souza (UMAPAZ) afirma que a questão da biodiversidade é muito importante dentro de educação ambiental, assim, seria interessante haver representantes da CT Biodiversidade dentro da CT Educação Ambiental. Acrescenta ainda que o DGD está carente de funcionários, o que dificulta a realização de atividades. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) acrescenta que é importante a participação de todos na gestão socioambiental. Rodolfo Valentino (Inspetoria Regional Ambiental Carmo - GCM) afirma que a GCM tem interesse em participar das atividades de educação ambiental. Débora Gomes Assis (SVMA) diz que a CT de Planejamento pode ser um canal para a escrita das outras CTs, assim, a CT de Educação Ambiental pode ser pauta da próxima reunião da CT-Plan. Débora Gomes Assis (SVMA) conta que as universidades procuram a SVMA para saber quais são as demandas necessárias para a realização de trabalhos acadêmicos dentro das Unidades de Conservação, como a Universidade Federal do ABC (UFABC). Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA), em complemento fala de Débora sobre o interesse científico nas UCs Paulistanas, diz que em 2016 foi realizado um inventário de biodiversidade do município, onde os parques urbanos são monitorados, ampliando para além do monitoramento da fauna. Aline Ribeiro Machado (IPT) diz que as pesquisas devem ser autorizadas e depois publicadas. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) acrescenta que a SVMA recebe a proposta para projetos a serem realizados dentro da UC, mas quando o projeto termina ele é engavetado, assim, falta o dialógico com o território para compartilhar com a comunidade os resultados e dados, através de material de divulgação e seminários. Sérgio Brazolin (IPT) discute a atuação do CT de Biodiversidade (CT-Bio), uma vez que a aprovação é feita pela SVMA e questiona qual a atuação do CT-Bio. Aline Ribeiro Machado (IPT) responde que o CT-Bio pode resgatar as memórias dos projetos, para melhorar o conhecimento do CG na região. Débora Gomes Assis (SVMA) acrescenta que o CT também pode criar temas de pesquisas para as universidades. Sérgio Brazolin (IPT) pergunta qual o bando de dados das pesquisas aprovadas pela comissão da SVMA. Acrescenta ainda que é preciso citar a portaria da comissão de ética da SVMA nas diretrizes da CT-Bio e que será difícil reunir todos os integrantes previstos na CT-Bio. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) sugere que sejam colocados no email os materiais que diz respeito ao PNMFC, inclusive os projetos de pesquisa, vinculados, como da serapilheira e de educação ambiental. Aline Ribeiro Machado (IPT) sugere que as pesquisas sejam colocadas em planilhas para facilitar o acesso e visualização.

Débora Gomes Assis (SVMA) encaminha para a votação a aprovação das diretrizes da CT-Bio com a adição da portaria da comissão de ética da SVMA, das 10 (dez) cadeiras representadas. A plenária aprova com 9 (nove) votos a favor, e 1 (uma) abstenção, as diretrizes da CT-Bio com a adição da portaria da comissão de ética da SVMA.

CONSELHO GESTOR CONSULTIVO

Débora Gomes Assis (SVMA) encaminha sequência na próxima pauta que consiste no CT Fiscalização e Monitoramento, e sugere que seja colocado no CT-Plan o acompanhamento e retorno dos relatórios, inclusive do relatório de gestão. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) fala da dificuldade de fiscalização, mostrando um mapa com conflitos que o PNMFC enfrenta. Ainda ressalta que há apenas 4 vigilantes no parque para fiscalizarem aproximadamente 5 hectares e afirma o papel importante de Eduardo Dallastella Camargo (Ethics Serviços de Vigilância e Segurança Ltda) no monitoramento e fiscalização. Eduardo Dallastella Camargo (Ethics Serviços de Vigilância e Segurança Ltda), por sua vez, relata a situação da invasão do “cantor”, onde houve incêndio, abertura de poço e ateuio de fogo na mata. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) acrescenta que houve ordem de desfazimento, desfazimento este que não foi realizado. Vandineide Cardoso Ribeiro dos Santos (UMAPAZ) fala que o primeiro ponto que deve ser considerado é que existe um decreto patrimonial que prevê que é responsabilidade da gestão do parque fiscalizar e fazer vistoria, assim como, é papel do gestor tomar providências cabíveis. Acrescenta que o Conselho Gestor deve imaginar a dificuldade que é retirar a carroceria. Sérgio Brazolin (IPT) pergunta se quem está prevaricando é o prefeito regional. Vandineide Cardoso Ribeiro dos Santos (UMAPAZ) diz que tem muitos atores envolvidos nesse processo, Ministério Público, o Jurídico da SVMA e tantos outros, mas o parecer era para retirar, já que o mesmo é muito antigo. Sérgio Brazolin (IPT) diz que a sua proposta seria a seguinte: mandar um pleito pro Secretário do Meio Ambiente, Gilberto Natalini, colocando essa situação, tratando que o gestor encaminhou relatórios, mas a prefeitura não respondeu. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) diz que é importante o Conselho Gestor fazer o primeiro encaminhamento para o secretário mostrando a realidade, acompanhar os encaminhamentos dessas tratativas, e se nada for feito, acionar o Ministério Público, como alternativa. Sérgio Brazolin (IPT) fala que o Conselho Gestor pode entrar no MP. Maria Lúcia da Cruz (ANJU) traz a sugestão de aguardar o prazo do “cantor” que a Vandineide Cardoso Ribeiro dos Santos (UMAPAZ) disse que tem, porque o prefeito regional de Itaquera se sensibilizou na visita que fez, então, se ele já tem autorização pode ser que seja cumprido, mas caso o prazo seja vencido, a solução é enviar a moção para o Gilberto Natalini, com cópia para as prefeituras regionais. Vandineide Cardoso Ribeiro dos Santos (UMAPAZ) diz que a situação do “cantor” é muito difícil; foi feita uma primeira reunião com a assessoria do prefeito regional e com a fiscalização, incluindo a coordenadora de fiscalização, e a proposta foi fazer a retirada; foi aguardado o prazo para retirada, mas não aconteceu, então, entraram em contato com a assessoria do prefeito que por sua vez informou que o processo está no jurídico, porque a área é federal, mas isso não é verdade, pois a área é municipal, inclusive uma UC de proteção integral. Dando continuidade, Vandineide Cardoso Ribeiro dos Santos (UMAPAZ), informou que foi o antigo coordenador de fiscalização, que tem conhecimento dessa história, retornou, e a última decisão junto do prefeito regional é a retirada. Acrescentou que eles falaram que em uma semana seria dado um retorno, porque eles precisavam fazer a notificação, mas passou-se uma semana e eles pediram mais duas semanas, e agora, as duas semanas estão correndo. Vandineide Cardoso Ribeiro dos Santos (UMAPAZ) finalizou dizendo que acredita que se pelo menos o “cantor” for retirado nesse período, haverá uma sensibilização da prefeitura regional de dar esse encaminhamento.

Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) diz que diante do histórico que já é antigo, é importante fazermos uma moção de apoio, deliberar um documento. Maria Lúcia da Cruz (ANJU) reitera que o primeiro prazo já foi extrapolado.

Débora Gomes Assis (SVMA) fala que o parque já perdeu uma parcela significativa desde sua implantação, com tantas novas construções, desmatamentos, trilhas, e fogo. Acrescenta que

CONSELHO GESTOR CONSULTIVO

essas questões são emergenciais e somam várias ocorrências. Complementa que essa realidade não é só da zona leste, pois na zona sul o caso não é diferente.

Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) diz que felizmente há a APA sobreposta pelo Parque, porque na zona sul tem-se uma APA, a APA Bororé-Colônia e a realidade vêm a ser pior. Lá, os remanescentes de Mata Atlântica estão sendo suprimidos em uma velocidade semanal.

Débora Gomes Assis (SVMA) informa que aproximadamente 56 hectares já foram perdidos desde o começo do ano, e acrescenta que o Plano Municipal da Mata Atlântica já necessita de revisão. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) adiciona que o PMMA ainda não teve suas linhas de ação publicadas, mas existem florestas do mapeamento, por exemplo, que já desapareceram. Vandineide Cardoso Ribeiro dos Santos (UMAPAZ) diz que há invasões nos 7 (sete) parques da região. Acrescenta que a quantidade de invasões é assustadora; felizmente, são mais no entorno, mas há dois que estão dentro do parque. Ainda diz que estão fazendo o terceiro desfazimento na região do parque do aterro Sapopemba, sendo que a cada desfazimento a mobilização de efetivo é assustadora; isso traz aproximadamente gastos para a prefeitura de em torno de 500, 600 mil reais a cada operação; assim se não tiver a mobilização da sociedade civil e essas instituições como parceiras, as ações não são efetivas. Vandineide Cardoso Ribeiro dos Santos (UMAPAZ) ainda fala que há uma questão mais séria, a violência, pois há inúmeras pessoas desconhecidas nessas regiões; acrescenta conversando com o a GCM ambiental, foi relatado que aparecem pessoas fotografando a casa deles e eles pela rua. Débora Gomes Assis (SVMA) sugere que seja encaminhado este assunto, por uma questão de horário. Eduardo Dallastella Camargo (Ethics Serviços de Vigilância e Segurança Ltda) fala que quando foi feito o gradil do parque, as casas numeradas já existiam, a então gestora, achou melhor deixa-las, porque na verdade não tinha como retirá-las, então, fez-se o muro e deixou as casas para fora, assim, a vigilância fazia as rondas por trás desse muro, mas agora as invasões começaram a ocorrer por trás do muro. Acrescenta o esgoto das casas numeradas corre todo para dentro do parque, com ligações de água clandestina e lixo. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) diz que há assuntos que não podem ser ignorados. Débora Gomes Assis (SVMA) encaminha sequência para os informes, tratando da troca de gestão e passa a palavra para Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA). Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) agradece a todos do CG e diz que passou a interpretar sociedade e conservação de outra forma junto do CG; tendo uma experiência, onde conheceu pessoas fantásticas que o ajudaram a evoluir como profissional, e humano. Acrescenta que deixa a gestão do PNMFC para assumir uma área gigantesca, a APA Capivari-Monos, com o comprometimento associado ao humano. Acrescenta ainda que hoje é humanista e agradece as inúmeras discussões dentro do CG, abraços e cafés. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) ainda diz que o CG será referência para os próximos CG dos PNM da Zona Sul. Pede para que os integrantes do CG não abandonem essa causa, agradece a todos, especialmente à Débora Gomes Assis (SVMA) e Eduardo Dallastella Camargo (Ethics Serviços de Vigilância e Segurança Ltda) e diz que sua gestão foi uma construção coletiva.

Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) apresenta Helen Evelin de Souza (SVMA), como nova gestora do PNMFC; profissional comprometida, com raízes na zona sul, antiga moradora da zona leste, que conhece sobre relações humanas, sabe dialogar e escutar.

Helen Evelin de Souza (SVMA) diz que é muito emocionante para eles, que trabalhavam juntos, na mesma divisão. Fala que trabalhou na APA Capivari Monos por 10 (dez) anos, onde aprendeu tudo que sabe sobre UCs e morou na zona leste, no JD. Santa Terezinha. Acrescenta que esta é uma profissão que enfrenta dificuldades, mas atua motivada pela causa, com o olhar para a população. Acrescenta que construiu grandes amigos no extremo sul, e que

CONSELHO GESTOR CONSULTIVO

espera contar também com o CG do PNMFC, porque o CG é de extrema importância para a gestão de uma UC. Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) fala que a vaga da gestão do PNMFC quase foi perdida, demorando mais de um mês para sair à nomeação. Helen Evelin de Souza (SVMA) diz que cada troca é sensível e burocrática e que acompanharam todos os dias, lutando para estar aqui. Acrescenta que está muito feliz em assumir a gestão do PNMFC; atua especialmente na fiscalização, atuando em campo, para conhecer no território as fragilidades. Fala ainda que o Luccas Guilherme Rodrigues Longo (SVMA) irá auxiliá-la nessa transição, assim como, ela o ajudará na zona sul; sendo, assim, uma troca positiva, considerando ambos os lados para não deixar lacunas e fazendo uma troca fundamentada. Débora Gomes Assis (SVMA) agradece a presença de todos e encerra a reunião.

ENCAMINHAMENTOS

- Envio de Moção de Apoio ao Secretário Gilberto Natalini, com cópia para a Prefeitura Regional de Itaquera para a desapropriação da área invadida (cantor).
- Ofício as entidades que compõem o Conselho Gestor referente às ausências não justificadas.
- Criação da Câmara Técnica de Fiscalização.
- Deliberação referente à data para início da Oficina Prática do Projeto de Observação de Aves – SOS Mata Atlântica.

PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA

Dia 28 de Setembro, 10h, no Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo.

São Paulo, 29 de junho de 2017.

Débora Gomes Assis (SVMA)
Presidente Suplente em exercício do Conselho Gestor
Gestora do Parque Natural Municipal Varginha

CONSELHO GESTOR CONSULTIVO

III. ANEXOS

PREFEITURA DE SÃO PAULO
VERDE E MEIO AMBIENTE

Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente
Departamento de Parques e Áreas Verdes

PARQUE NATURAL MUNICIPAL FAZENDA DO CARMO

LISTA DE PRESEÇA - PARQUE NATURAL MUNICIPAL FAZENDA DO CARMO

DATA: 24/06/2017 HORÁRIO: 10:00

	NOME	EMAIL	TELEFONE	ASSINATURA
1	SERGIO BRAZOLIN	bragolim@vix.br	8767-4153	
2	Vanderlei de Carvalho	vanderleidecarvalho@gmail.com	27482100	
3	Nei Mendes Monteiro	Nei.mendes@terra.com.br	2748 2100	
4	GUSTAVO F. ALVES	gustavofoalves@fuerst.com.br	2997 5066	
5	Lucy Leite Schiavo, Jairo	anal@stapuma.com.br	2523-9292	
6	JORGE M. NELLE	JMELLE@FLORISMA.COM	21956522170	
7	ALINE RIBEIRO MACHADO	alinemachado@net.com	3767-4399	
8	RODOLFO VALENTIM FIGUEIRA	rodolfo@global.com	2749-6301	
9	Wagner Figueira da Silva	Wagner@net.com	4503-5683	
10	Juan Mendonça	S.Mendonca@net.com	2011 3789	
11	Lucy Leite Schiavo	lucyleite@stapuma.com	2523-9292	
12	EVANILDO ALVES	evanildo@net.com	95757575	
13	MARIA DO CARMO	maria@fazendadocarmo.com	27217567	
14	Emmanuel Lemos Carmo	Emmanuel@fazendadocarmo.com	2735 8443	
15	Juan Mendonça	Juan@fazendadocarmo.com	99452-8956	
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				